



## SABERES E DIREITOS HUMANOS PENSADOS A PARTIR DAS MULHERES CAMPONESAS

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto<sup>1</sup>

Zenaide Collet<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é relatar alguns elementos de como as mulheres camponesas, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) resistem à imposição da ordem estabelecida e ao mesmo tempo, buscam possíveis caminhos para superar as diferentes formas de exploração e dominação. As estratégias se articulam entre as denúncias dos prejuízos dos agrotóxicos, transgênicos, monocultivos, padronização da alimentação que além de interferir na biodiversidade altera as culturas locais e regionais e mostra algumas ações propositivas de resistência como a recuperação das sementes crioulas, plantas medicinais, frutíferas, nativas e criação de pequenos animais, entre outros. Destacam que a produção saudável e diversificada é um direito dos povos camponeses. A Metodologia utilizada neste trabalho foi à pesquisa documental a partir das cartilhas elaboradas pelo MMC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres Camponesas. Saberes. Direitos Humanos.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to report some elements of how peasant women, organized by the Movement of Peasant Women (Movimento de Mulheres Camponesas - MMC) face the imposition of the conventional agriculture and, at the same time, look for possible ways to overcome the different forms of exploitation and domination. The strategies are articulated between complaints of pesticides, transgenic, monoculture, standardization of foods which beyond interfering in the biodiversity alters local and regional cultures and shows some resistance actions such as the recovery of Creole seeds, medicinal, fruit and native plants and small animals rearing, and so on. They emphasize that healthy and diversified production is right of the peasant people. The methodology used in this study was the documental research from the booklets prepared by MMC.

**KEYWORDS:** Peasant Women. Experiences. Human Rights.

### Introdução

O presente artigo foi elaborado para introduzir o debate do Grupo de Trabalho 14, do III Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento (SICDES), realizado nos dias 20 e 22 de julho de 2016, em Herédia, Costa Rica. O mesmo apresenta alguns elementos oriundos da experiência com mulheres camponesas, mais especificamente através do

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz – Rio Grande do Sul, PPGDR/RS. Grupo de Pesquisa - Desenvolvimento Regional. Militante do MMC. E-mail: Sirlei@unochapeco.edu.br. Docente do curso de Pedagogia da Universidade Comunitária de Chapecó – Unochapecó.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOCHAPECÓ, Turma 4. Linha de Pesquisa II “Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas”. Bolsista da UNIEDU/FUMDES. Militante do MMC. Professora da rede pública estadual de Santa Catarina, E-mail: zenacollet@gmail.com.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) para iniciar o diálogo e debater os desafios que emergem das experiências e processos de lutas por direitos, produção do conhecimento e emancipação das mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, entre outras.

É de grande importância considerar que o Brasil, país de dimensão continental, formado por uma diversidade étnica, cultural e social explícita a construção de experiências diversas produzidas por sujeitos que interagem de múltiplas formas para encontrar sentido em seus modos de viver. Isso se dá no campo e na cidade. No que se refere à população camponesa, a diversidade é também percebida nas formas de organização e lutas. Nas últimas décadas ganha maior visibilidade a diversidade de saberes expressos por estas populações. Nos movimentos criados pelas mulheres camponesas as expressões da luta histórica de produção dos saberes, de resistência e enfrentamento às determinações do capital se confundem com as lutas contra a dominação de gênero e a exploração de classe. Conforme Brandão (2006, p. 30-31), “[...] a produção de um saber popular se dá, pois, em direção oposta àquela que muitos imaginam ser a verdadeira”.

A Metodologia utilizada foi à pesquisa documental baseada em cartilhas elaboradas pelo MMC onde buscamos, nos próprios arquivos observar o que as mulheres registraram. Deparamo-nos com registros significativos que tratam sobre os saberes herdados pelas próprias mulheres e como estas se situam no contexto de disputa entre a produção agroecológica e convencional. Uma das questões levantadas é: Como as mulheres camponesas do MMC lidam em suas experiências com a dimensão dos saberes na perspectiva do direito humano?

### Saberes das Mulheres Camponesas

Os atos e fatos de saber e conhecer são uma ação dos seres humanos que vão sendo ressignificados numa perspectiva de processo social construídos durante toda a vida. Aqui nos referimos aos saberes elaborado no *cotidiano*<sup>3</sup> das mulheres. Segundo Lefebvre, (1975 p. 49) “o conhecimento é um fato: desde a vida prática mais imediata e mais simples, nós conhecemos objetos, seres vivos, seres humanos”.

Neste sentido as mulheres camponesas demarcam um lugar, um povo, um território. De acordo com Bottomore (2004, p. 261) “Todas as sociedades, classes e grupos

<sup>3</sup> A noção de cotidiano sem perder a perspectiva de história pode ser melhor aprofundado em Heller (1975).

sociais dispõem de um “saber geográfico” característico de um conhecimento funcional de seu território e da distribuição espacial dos valores de uso para eles relevantes”. É de extrema importância ressaltar de que tais saberes estão situados e posicionados. Pois “todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento” (GROSFOGUEL, 2010, p.460). Há sim posicionamentos epistêmicos e não neutralidade científica. Ainda em se tratando das características do conhecimento enquanto fato, Lefebvre (1975, p. 49-50) explica que:

Em primeiro lugar o conhecimento é *prático*. [...] tão somente a prática nos põe em contato com as realidades objetivas. [...] em segundo lugar o conhecimento humano é social. Na vida social, descobrimos outros seres semelhantes a nós; eles agem sobre nós, nos agimos sobre eles e com eles [...]. Além disso, esses outros seres humanos nos transmitem – pelo exemplo ou pelo ensino – um imenso saber já adquirido. Finalmente, o conhecimento tem um caráter *histórico*. Todo conhecimento foi adquirido e conquistado [...]. (LEFEBVRE, 1975, p. 49-50).

Todo conhecimento é construção social. Adquire sentido a herança dos saberes tradicionais dos povos originários na sua constituição identitária, visto que os mesmos são baseados na experiência de seus ancestrais. Trata-se de:

[...] povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DIEGUES e PEREIRA, 2010, p. 39).

São os conhecimentos, os saberes, as práticas que se fazem nos territórios que ressignificam os modos de viver de tais populações. As mulheres camponesas se constituem enquanto herdeiras de um saber milenar, reproduzindo e recriando em cada contexto as formas peculiares da vida. Bottomore (2004, p. 261) diz que “esse “saber” adquirido pela experiência é codificado e transmitido socialmente como parte do aparato conceitual com o qual indivíduos e grupos enfrentam o mundo”.

Na relação com a natureza, com a terra como mãe e com as sementes crioulas, essas mulheres fundamentam seu aprendizado. O *Programa Recuperação, Produção e melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças*, criado pelo MMC como forma de fortalecer a resistência das mulheres no campo (AMTR-SUL, 2008, p.48). Deste programa diferentes práticas educativas foram se desenvolvendo, como, a recuperação: do solo; das sementes crioulas de hortaliças;

das plantas medicinais, frutíferas, flores e outros, como os repelentes e biofertilizantes. Todo este trabalho contribuiu na reorganização dos quintais produtivos agroecológicos. Rosalina da Silva dirigente do MMC, diz: “a terra é uma entidade sagrada que nos alimenta e nos dá sustentação para a vida”. Ela está explicitando um significado a partir de outra relação estabelecida com a terra que, não mais aquela sustentada pela lógica sistêmica do capital, mas numa perspectiva descoberta por outras práticas baseadas na produção de outros saberes. Paulo Freire (2002, p. 16) fala do *pensar certo*. O que significa uma relação ética e estética de uma determinada forma de conceber o mundo e neste caso a agricultura.

### A dimensão dos saberes na perspectiva do direito

No MMC as mulheres se organizam, estudam e lutam por direitos. Esse processo é histórico, está em curso e dá visibilidade às diferentes formas de compreensão e produção dos saberes elaborado pelas próprias mulheres. Gaspareto (2015) através de uma análise investigativa tendo como fonte principal os Informativos do MMA/SC, produzidos no período de 1992 a 2004, verificou que a organização e união das mulheres na luta por direitos como a documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria e outros), participação política entre outras, mostraram a necessidade de um movimento nacional. Este processo de unificação dos diferentes movimentos rurais autônomos de mulheres do campo consolida em 2004: o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC). O próprio Movimento é uma conquista das mulheres. Construir um espaço específico onde pudessem dialogar sobre o ser mulher e o ser trabalhadora rural na contemporaneidade não foi tarefa fácil. Exigiu uma caminhada de formação, organização, superação conflitos e concepções que pode ser lida na perspectiva dos direitos humanos.

Há que se considerar que a perspectiva e noção de direitos humanos nesta experiência não é algo dado. Não nasce como conceito acabado, pronto, não se esgota nem mesmo se limita a uma ou mais necessidade que emerge na luta por sobrevivência. Falar em direitos humanos, na perspectiva popular do MMC, indica pensar em processos contraditórios, inacabados, permanentes e de continuidade. Pois conforme indica-nos Thompson (1981) quando estuda a classe operária inglesa, pela experiência todo o sujeito é capaz de encontrar respostas aos seus desafios e construir possibilidades para uma vida melhor. Por isso, que a luta é sempre um desafio novo colocado por quem a faz. As mulheres camponesas não têm todas as respostas, e estas vão sendo forjadas neste movimento.

Assim a problemática dos direitos humanos em seus múltiplos significados, também se situa num campo complexo, contraditório e amplo. Está em aberto. Requer diferentes olhares. É resultado de práticas educativas e de saberes.

Tomando como referência o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, a produção de saberes não apenas indica a noção de direitos humanos, bem como, amplia suas bases para pensar num projeto de sociedade mais humano e igualitário. A cartilha de estudo dos grupos de base “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas” (AMMC/SUL, s/d, p. 4) faz um comparativo entre a geração da vida humana com as sementes. “A vida humana se desenvolve no útero da mulher, é nele que a criança recebe os nutrientes necessários para seu desenvolvimento. Da mesma forma, as plantas acolhidas no seio da terra, retiram do solo fértil, do ar, e da água estes nutrientes” para o seu desenvolvimento. As dimensões da vida humana ganham sentido na complementariedade com o cosmos.

Milenarmente, os seres humanos para satisfazerem suas necessidades buscaram na natureza suas formas de dar maior sentido a sua existência. Daí se originou a agricultura.

A descoberta da agricultura por parte das mulheres, de transcendente importância na evolução histórica e a sua posterior gestão, que permitiu, e continua permitindo garantir a sobrevivência humana e o que têm de princípios de soberania alimentar, têm a ver com o domínio do conhecimento das sementes, sua produção e reprodução, zelosamente protegidos pelas curadoras de sementes, que continuam eternizando práticas de intercâmbio e previsão mesmo nas condições de sobrevivência e subordinação impostas tanto pela economia de mercado quanto pelo sexismo (LÉON, 2003, p. 211).

A produção de saberes na perspectiva do direito adverte sobre a existência da opressão de gênero e a exploração de classe que pesa historicamente sobre a mulher, pois: “no campo ela é o suporte da economia popular porém sem ter o controle da produção, é geradora de riqueza e reprodutora da força de trabalho” (OMA (s/d, p. 6). A “economia popular” é a produção diversificada que garante o autossustento do grupo familiar. É uma forma de renda que nem sempre se transforma em moeda, por isso, por muito tempo ficou escondida, invisibilizada e desvalorizada pela modernização da agricultura. Além disso, “a mulher no campo tem um trabalho pesado, sem descanso e com grandes responsabilidades. Possui até três jornadas de trabalho: roça, casa e filhos e ainda a plantação própria para a subsistência da família” (OMA, s/d, p. 6). Isso revela que as mulheres camponesas ao participar do Movimento identificam como a opressão pesa sobre elas, e, ao dar-se conta da exploração se organizam, resistem, estudam e enfrentam.

Perece que há uma relação simultânea entre o processo de libertação do ser mulher e a forma de produção. No movimento elas compreenderam melhor a importância do conhecimento de plantar, colher, armazenar, selecionar sementes para o alimento e replantio. Criaram estratégias de conservação das espécies para garantir o alimento. “Por ocasião de datas especiais, como nascimento de uma criança ou casamento, tinha-se por costume levar presentes, como: produtos, frutas, mudas, flores, animais, sementes e ervas medicinais” (AMMC/SUL, s/d, 9). Isto tem diferentes significados para as mulheres. O respeito aos valores produzidos pelas práticas das próprias mulheres, a partilha do que há de melhor: os frutos da terra e do próprio trabalho.

Vejam que não só na memória, mas na experiência das mulheres camponesas idosas ao se reportar a juventude e entre as preocupações com o casamento estava presente a intenção de organizar um espaço para semear, colher, ou seja, organizar a produção de auto-sustento. Expressões estas que indicam o sentido do direito à vida digna, do direito a produção. “Era costume antes das pessoas casarem, preparar uma boa horta e até um pouco de roçado para o sustento da nova família” (AMMC/SUL, s/d, 9). Há sem sombra de dúvidas uma preocupação explícita com a sobrevivência que passa pela garantia da diversidade e consequentemente com a conservação da biodiversidade. Estas práticas se estendiam às festas, encontros, confraternizações e troca de produtos e sementes com o objetivo de melhorar a genética. “Outro objetivo da troca era a garantia da diversidade e a qualidade dos alimentos para o consumo” (AMMC/SUL s/d, p. 10). Para Machado, Filho e Ribas (2003, p. 254) “a troca de sementes e/ou reprodutores entre os indivíduos e comunidades é tão antiga quanto à civilização”.

É comum no contato com as camponesas a lembrança de muitas mulheres figurando imagens das avós colhendo sementes em seus aventais, com seus chapéus sobre a cabeça. Lá estão elas, ora planejando e preparando o solo, ora semeando ou colhendo, ora secando as sementes em lugares ventilados e armazenando em sacolas, cestas, tuias de madeiras, vasos de barro, bolsa de estopa entre outros. Quando chegava o tempo do plantio, as sementes eram lançadas a terra, na esperança de garantir o alimento necessário para auto-sustento do grupo e a produção para garantir a renda.

Por conseguinte há uma relação de coexistência entre “as plantas medicinais, flores, sementes que acompanham o ser humano e os animais desde sua origem. Elas serviam de base alimentar e de remédio” (AMTR-SUL, 2007, p. 15). Principalmente as mulheres

camponesas e as mulheres da floresta, preservaram este saber que resiste às mudanças do modelo de sociedade capitalista e patriarcal de agricultura convencional. “Elas souberam compartilhar a sabedoria, o conhecimento, a arte da cura e do alimento do corpo. Arte herdada de nossos ancestrais, curandeiras, benzedoras que veio sendo preservada e multiplicada no cotidiano de nossas vidas” (AMTR-SUL, 2007, p. 15).

Estas, entre outras práticas, as populações do campo tem contribuído e são reconhecidos(as) como “guardiãs(ões) dos conhecimentos e uso milenar das plantas medicinais” (MMC/SC, 2014, p. 05). Reconhecem a contribuição dos povos originários na identificação das espécies e uso das plantas medicinais para tratar e curar males e doenças. “Foi a partir de experimentos e da observação que os ancestrais construíram seu conhecimento científico reconhecendo o princípio ativo das plantas medicinais minimizando e curando enfermidades” (MMC/SC, 2014, p.5).

No decorrer dos tempos e principalmente a partir do século XX com o avanço da industrialização da agricultura, ocorreu uma imposição da produção de monocultivo, agrotóxicos, fertilizantes, ao mesmo tempo, a apresentação de alimentos industrializados sobre a cultura local dos povos do campo. Isso tem provocado mudanças profundas no modo de lidar com a agricultura e com a alimentação. Influenciados pela propaganda e pelas facilidades muitos foram incorporando a lógica do mercado. Aos poucos a referência passa a ser os produtos industrializados das multinacionais e não mais a produção agroecológica da região. Muitos se alimentam e não tem noção de onde vem o produto e em que condições foram produzidas. Frente a este poderio transnacional os povos do campo sempre resistiram e em especial as mulheres tem cumprido este papel com maior garra e habilidade.

Pulga (2014, p.106) em seus estudos cita a dimensão dos direitos através da recuperação da “diversidade de alimentos, das sementes, das plantas aromáticas e medicinais, do artesanato. O cuidado com a mãe terra, com a água e com os pequenos animais”. Mostra que a capacidade de cultivar diversidade de alimentos “impulsiona as mulheres a lutar contra o modelo do agronegócio baseado no uso extensivo de agrotóxicos, adubos sintéticos e sementes transgênicas” (PULGA, 2014, p. 106).

Na história de organização do MMC a preocupação com o modelo de agricultura química extensiva sempre esteve presente. A cartilha (OMA(a), s/d, p. 3) relata os primeiros debates do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e Alto Uruguai gaúcho. “Foi à reflexão sobre a nossa vida que o nosso movimento nasceu”. Pois o MMC se originou

num contexto de modernização da agricultura e foi gradativamente ressignificando suas lutas em cada momento histórico.

No encontro nacional realizado em São Paulo entre os dias 19 a 24 de outubro de 1995, as mulheres camponesas discutem sobre o modelo de agricultura e o caracterizam como um modelo “concentrador, excludente, destruidor do ser humano e da natureza. Gera miséria, fome e poluição e é fruto dos interesses econômicos nacionais e internacionais” (ANMTR, 1995, p. 24). Neste encontro elas também apontam para a necessidade de um modelo de desenvolvimento econômico e ecológico. Um projeto de desenvolvimento que leve em conta o direito à vida e as condições necessárias para a sustentabilidade. Isto é:

Que preserve o solo, recupere a natureza, a água [...]; que realize a reforma agrária [...] que produza alimentos para toda a sociedade [...]; que respeite as especificidades de cada região; que desenvolva a agricultura sustentável, com técnicas alternativas de produção, conservação do solo; que gere trabalho, renda e educação. [...] considera a cultura e o conhecimento popular. (ANMTR, 1995, p. 24).

As mulheres do MMC não hesitaram em perceber que a mercantilização dos bens naturais, em nome do lucro, necessitaria de uma organização de estratégias anti-hegemônicas que viessem fortalecer a agricultura camponesa agroecológica. Neste sentido a dinâmica metodológica do Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas se efetiva através de oficinas, “observando os princípios da educação popular, onde se “aprende fazer, fazendo”. O estudo político e técnico parte do conhecimento e cada mulher presente” (MMC/SC, 2005, p. 35), recuperando e ressignificando os saberes adquiridos das vivências.

As oficinas de sementes são coordenadas por um grupo de monitoras populares com conhecimento técnico, político-pedagógico onde são estudados e aprofundados conteúdos, como: o contexto político, econômico e social, educação e cultura popular, papel das mulheres na agricultura e sua importância no desenvolvimento dos povos, formação e manejo do solo, modelo químico de agricultura e suas consequências para a saúde e ambiente, agroecologia, intercâmbio e troca de experiências, desenvolvimento sustentável, recuperação, produção, colheita, secagem e armazenamento de sementes crioulas, repelentes, compostagem, reeducação alimentar, valores nutritivos e terapêuticos, políticas agrícolas, soberania alimentar, reaproveitamento da água e cisternas, industrialização artesanal dos produtos, planejamento da produção para autosustento e renda, avaliação das práticas, criação e reprodução de pequenos animais, entre outros, (MMC/SC, 2005, p. 41-45).

Há um esforço por parte o MMC que esse conhecimento esteja nas mãos das mulheres camponesas e não só dos técnicos(as). O esforço é contribuir para que as mulheres possam se apropriar do conhecimento e serem cientistas de sua profissão. Em suma o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças é o caminho pelo qual o MMC busca contribuir “na construção de novas relações e novos valores fazendo da roça um lugar bom e agradável de viver” (MMC/SC, 2005, p. 72).

Porém nas sociedades contemporâneas em muitas situações os saberes que os humanos estabeleceram com a natureza não são de complementariedade como afirma Bottomore (2004, p. 261) “Esse conhecimento pode ser usado na luta para dominar a natureza, bem como, outras classes e povos. Também pode ser usado na luta para libertar os povos das chamadas catástrofes “naturais” e da opressão interna”. É um saber que vem sendo expropriado das mãos dos povos originários, camponeses(as) e da floresta e mercantilizado por particulares e grupos econômicos. “Muitas plantas medicinais estão sendo estudadas em grandes laboratórios no mundo tiveram seus princípios ativos conhecidos testados pelos povos originários, negros, camponeses, ribeirinhos e extrativistas” (MMC/SC, 2014, p. 5-6).

Se outrora as sementes constituíam um acervo comunitário e cultural dos povos camponeses e indígenas de todo o mundo, cuja obtenção, guarda e reprodução eram muitas vezes mediadas pelo sagrado e tinham na partilha desse bem comum um valor material e simbólico que as tornavam sinônimos da vida, contemporaneamente as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócios cujo objetivo precípuo é o lucro através da exploração e da submissão dos produtores rurais de todo o mundo, não por potências estrangeiras, mas por corporações privadas capitalistas e âmbito multinacional (CARVALHO, 2003, p. 95-96).

O autor alerta da gravidade das consequências deste modelo econômico industrial globalizado para a agricultura e a tendência de padronizar a dieta alimentar submetendo os povos a tirania das grandes corporações multinacionais “independente da sua história cultural e dos seus hábitos alimentares” (CARVALHO, 2003, p. 96).

Estudos de outros autores também vêm constatando relação semelhante no que se refere à produção de alimentos aonde a modernização da agricultura vem destruindo a biodiversidade. Machado, Filho e Ribas (2003, p. 246) mostram que há “150 anos a humanidade alimentava-se com o produto de 3.000 espécies vegetais, que eram em 90% dos países consumidas localmente”. Eles analisam que o processo de industrialização concentrou e controla o direito da humanidade se alimentar. Transformou os bens comuns em

mercadoria “hoje, 15 espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas - milho, trigo, arroz e soja – respondem por 70% da produção e consumo” (MACHADO; FILHO; RIBAS, 2003, p. 246).

Concordamos com os autores que este modelo rompe com os ciclos vitais dos ecossistemas ferindo todas as espécies de vida e algumas levando a extinção. A consciência da importância da alimentação diversificada e saudável desafia os camponeses(as) a abraçar a luta em defesa das sementes. E a contribuição das mulheres do MMC se dá na recuperação das sementes crioulas de hortaliças. Essa luta local da produção das sementes crioulas é um direito dos povos e também evidencia e se articula com a luta global dos movimentos do campo pela soberania alimentar.

Soberania Alimentar como o direito dos povos a controlar suas próprias sementes, terras e água, garantindo, por meio de uma produção local e culturalmente apropriada, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo. Nesta proposta foram reafirmadas novas visões e conceituações baseadas no pensamento do “Bom Viver”, ou Bem Viver, o Sumak Kawsay, conceito que nasce da herança ancestral andina, latino-americana como alternativa que vem se tecendo a partir das organizações populares de base. E ao mesmo tempo está em consonância, com os direitos dos povos de controle de seus territórios, seus recursos naturais, se sua fertilidade, de sua reprodução social e da integração entre etnias e povos de acordo com interesses comuns e não apenas determinado pelo comércio e o lucro. E há também uma influência na construção do conceito, da humanidade em condições igualitárias e justas (STEDILE; CARVALHO, 2011, p. 16 - 17).

Por isso as mulheres do MMC ao assumir o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas e hortaliças estão reafirmando a agroecologia como modo de vida, ou seja, estão permanentemente lutando pelo direito de produzir e consumir alimentos saudáveis. Recolocam a contribuição histórica dos povos do campo de conservação e preservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, denunciam o modelo econômico industrial globalizado que se apropria dos recursos naturais em vista do lucro, tornando as pessoas meras consumidoras e não cidadãs, como afirma Carvalho (2003).

O saber sobre as práticas alimentares, bem como, a criação de estratégias atuais para lidar com as mudanças na alimentação e no modo de vida camponês segue enquanto luta permanente pela dignidade da vida no campo e na cidade.

## Algumas Considerações

A temática relativa aos saberes das mulheres do MMC e sua relação na perspectiva dos direitos humanos é um processo que está em construção e demanda maior estudo e aprofundamento. É inegável que as mulheres camponesas ao se organizar conquistaram direitos sociais e políticos. Compreenderam e compreendem melhor a importância de seu trabalho tanto no espaço reprodutivo, quanto na produção. Na perspectiva dos direitos, o debate em torno do projeto de agricultura camponesa agroecológica, foi fundamental para motivar muitas mulheres a repensarem o trabalho produtivo potencializando a recuperação e produção de sementes crioulas, plantas medicinais e alimentação saudável e diversificada relacionando a ação local com a luta global pela soberania alimentar. Aprenderam a valorizar e ressignificar seus saberes fazendo deles uma força impulsionadora de organização, conscientização e luta. Ainda há muito que se fazer.

Há necessidade de avançar no diálogo sobre as relações possíveis entre o campo e a cidade. Também avançar na luta pelo direito à preservação das diferentes variedades de espécies de sementes crioulas, dos saberes milenares, das práticas alimentares, bem como, a socialização com as novas gerações persiste enquanto desafio.

Muitas mulheres camponesas a partir da produção de sementes retomaram os estudos no ensino fundamental, ensino médio e superior. As mulheres camponesas passaram a ocupar as universidades escrevendo e aprofundando a partir de suas vivências suas experiências, ao mesmo tempo, estão apropriando-se da construção do conhecimento do qual são herdeiras quando se concebe o “científico” a serviço da vida em suas comunidades. Estudar para as mulheres camponesas faz parte de um campo de luta de resistência e de enfrentamento as ideias impostas pelo sistema capitalista e pela cultura patriarcal. Houve avanço, porém ainda o acesso à educação para as mulheres camponesas é um imperativo dessa luta na perspectiva dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

AMMC/SUL. Articulação dos Movimentos de Mulheres Camponesas da Região Sul. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Chapeco/SC: s/d.

AMTR-SUL. Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação**. Cartilha para estudo nos grupo de base. Chapeco/SC: Impressão Gráfica Passgrafic, 2007.

\_\_\_\_\_. Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Chapeco/SC: Impressão Gráfica Passgrafic, 2008.

ANMTR. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. **Mulher trabalhadora rural amante da igualdade é preciso ter força, garra... sempre!** Passo Fundo/RS: Gráfica e Editora Pe. Bethier, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.  
BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: CARVALHO, Horácio Martins de, (org.) **Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo/SP: Ed. Expressão Popular, 2003, p. 95-112.

DIEGUES, Antônio Carlos, PEREIRA, Bárbara Elisa. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a práticas educativas**. 25ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra S/A, 2002.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (1992-2004): Os direitos das mulheres são direitos humanos. p. 195 -210. In: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilian Blanck (Orgs). **Territórios e desenvolvimentos contestados: Diálogos, resistências e alternativas**. Blumenau/SC, edifurb, 2015.

GROSGOUELL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: trasmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

HELLER, Agnes. **Sociologia dela vida cotidiana**. Roma: Riuniti, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira S. A., 1975.

LÉON, Irene. Mulher, vida e sementes. In: CARVALHO, Horácio Martins de, (org.) **Sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo/SP: Ed. Expressão Popular, 2003, p. 209-227.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado; RIBAS, Clarildo D. E. C. Sementes, Direito natural dos Povos. In: CARVALHO, Horácio Martins de, (org.) **Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo/SP: Ed. Expressão Popular, 2003, p. 245-258.

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas. Caderno n° 1 **Práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças de MMC/SC.** Chapecó/SC: Estampa editora Gráfica Ltda, 2005.

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), **Horto medicinal, legislação dos fitoterápicos e comercialização.** Cartilha de estudo para grupos de base. Chapecó/SC: Rota Impressos Gráficos Ltda. 2014.

OMA. Organização das Mulheres Agricultoras. **Não importa onde estiver, sempre mulher.** Chapeco/SC: s/d.

OMA(a). Organização das Mulheres Agricultoras. Serviço de Apoio e Informação (S.A.I). **A Mulher Agricultora.** Cartilha n° 2. Da luta não fujo. Chapeco/SC; s/d.

PULGA, Vanderléia Laodete. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida.** Tese de doutorado em Educação pela UFRS. Porto Alegre/RS: 2014.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania Alimentar:** uma necessidade dos povos. Disponível: <http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso: 18/04/2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. Saberes e direitos humanos pensados a partir das mulheres camponesas. **Revista Fórum Identidades.** v. 22, n. 22, jan./abr., p. 210-222, 2016.

**Recebido:** 08.11.2016 – **Aprovado:** 22.12.2016